

## ISRAEL E PALESTINA: CONTEXTO HISTÓRICO E UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA BÍBLICA E OS CAMINHOS PARA A PAZ

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-219>

Data de submissão: 31/09/2024

Data de publicação: 31/10/2024

### **Wilson Garcia Pereira Junior**

Mestre em Engenharia Elétrica e da Computação  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
E-mail: [garciaguibor@gmail.com](mailto:garciaguibor@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1746884421002322>

### **Marta Helena Szadkoski**

Doutoranda em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL)  
E-mail: [m.h.szadkoski@gmail.com](mailto:m.h.szadkoski@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1034361124671052>

### **Noeli Kuhl Svoboda Bretanha**

Mestre em Direito  
Universidade Internacional - Lisboa/Portugal (Revalidado pela UFRN)  
E-mail: [noeli0310@gmail.com](mailto:noeli0310@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7606044301256305>

### **Carla Pinna Guimarães Svoboda**

Teóloga Livre  
Ministério Love Church  
E-mail: [carlapg.svoboda@gmail.com](mailto:carlapg.svoboda@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5358219735123970>

### **Walfrido Kühl Svoboda**

Doutor em Ciência Animal  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
E-mail: [wsvoboda.lux@gmail.com](mailto:wsvoboda.lux@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3896390855555030>

### **Elessandra Fabiana Monteiro dos Santos**

Mestranda do PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
E-mail: [elessandrafmsantos@gmail.com](mailto:elessandrafmsantos@gmail.com)  
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/6845017120528953>

### **Aroldo da Silva Tavares**

Mestre em Sociedade Cultura e Fronteiras  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
E-mail: [professoraroldotavares@gmail.com](mailto:professoraroldotavares@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6627759232681237>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é explorar a relação entre os conflitos históricos descritos desde o período bíblico até os conflitos contemporâneos entre Israel e Palestina. A partir da narrativa bíblica, o estudo examina como essas histórias influenciam as percepções e as identidades dos povos envolvidos. Os conflitos entre Israel e Palestina são uma das questões mais complexas e prolongadas da história contemporânea, com raízes profundas envoltas em narrativas históricas, religiosas e culturais. Entender esses conflitos através de diferentes lentes pode proporcionar uma compreensão mais completa e informar abordagens para a paz. Para o desenvolvimento desse estudo foi utilizado uma abordagem multidisciplinar que combina análise literária, histórica e teológica.

**Palavras-chave:** Israel e Palestina. Contexto Histórico. Perspectiva Bíblica. Caminhos Para a Paz.

## 1 INTRODUÇÃO

Os conflitos entre Israel e Palestina representam um dos mais complexos e persistentes da geopolítica contemporânea. Envolvendo questões de território, identidade nacional, direitos humanos e religião, este conflito tem profundas implicações para a estabilidade regional e global. Para muitos, as raízes deste confronto não são apenas políticas ou territoriais, mas também históricas e religiosas, remontando a narrativas ancestrais que ainda ressoam nas identidades coletivas dos povos envolvidos (MARTINELLI, 2023).

A Bíblia<sup>1</sup>, que compreende o Antigo Testamento, comum à tradição judaico-cristã, e o Novo Testamento, da tradição cristã, comum para católicos, ortodoxos, protestantes, evangélicos, pentecostais e neopentecostais, é um importante livro para compreender as raízes históricas desses conflitos. No livro de Gênesis, são relatadas as histórias de Abraão e seus filhos, Ismael e Isaac, marco inicial para as divergências e rivalidades dos povos de Israel e Palestina.

O Alcorão<sup>2</sup>, inspirado por Maomé, Mensageiro de Allah, ensina que Ismael foi o filho da mesma promessa (Sura 19:54; compare Sura 37:83-109 com Gênesis 22:1-19), motivo pelo qual os muçulmanos acreditam que as promessas da aliança de Deus com Abraão foram feitas aos descendentes de Ismael, e não de Isaque. Assim os muçulmanos reivindicam essas promessas da aliança, ou seja, a posse da terra Palestina.

Ismael é considerado ancestral dos povos árabes, e Isaac, antepassado dos israelitas, ambos representam não apenas figuras históricas, mas também símbolos poderosos nas narrativas religiosas e culturais. A promessa de Deus a Abraão de fazer dele o pai de muitas nações se manifesta de maneiras complexas e muitas vezes conflitantes nas tradições judaica, cristã e islâmica. Essa contradição tem gerado conflitos entre muçulmanos e judeus étnicos, sendo a causa de guerra e terror no Oriente Médio.

Este artigo busca explorar como as narrativas bíblicas influenciam as percepções e atitudes contemporâneas no conflito entre Israel e Palestina. Ao analisar as Escrituras Sagradas, busca-se na evolução histórica dos descendentes de Abraão uma compreensão mais profunda das raízes simbólicas e históricas deste conflito. Ao utilizar as referências da Bíblia sob essas conexões históricas, pretendemos contribuir para um entendimento mais profundo do conflito entre Israel e Palestina, destacando a importância de uma abordagem que integre perspectivas históricas, religiosas e culturais na busca por uma paz duradoura.

---

<sup>1</sup> Bíblia Sagrada, Almeida Revisada e Atualizada. 2ª ed. (2015).

<sup>2</sup> Nobre Alcorão (NASR Helmi, Trad.). 2ª Ed. (2004).

## 1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DOS POVOS DE ISRAEL E PALESTINA

Para entender o contexto histórico, é necessário voltar até cerca de 1850 a.C., quando o filho de Terã, Abrão, recebeu um chamado de Deus. Terã e sua família haviam partido de Ur dos Caldeus (região que hoje é o território do Iraque) para Canaã, mas ao chegarem em Harã, uma importante cidade da Ásia ocidental, estabeleceram-se ali. Hoje é uma cidade na Turquia, chamada Harran.

Então o Senhor disse a Abrão: “Saia da sua terra, do meio dos seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que lhe mostrarei” (Gênesis, 12:1-2).

Abrão partiu, conforme o Senhor lhe ordenara, levando consigo sua mulher Sarai, seu sobrinho Ló e tudo que lhes pertenciam; partindo para terra de Canaã. Ele atravessou a terra até o lugar do Carvalho Moré, em Siquém, local habitado pelos cananeus. E Deus apareceu a Abrão e disse “À sua descendência darei essa terra”. Abrão edificou neste local um altar ao Senhor, pois ali lhe havia aparecido o Senhor. Prosseguindo a viagem, partiram em direção às colinas a leste de Betel, local onde montou acampamento, tendo Betel a oeste e Ai a leste. Também ali, Abrão edificou um altar e invocou o nome do Senhor. Partindo então em direção a Neguebe (deserto que ocupa cerca de 60% do território de Israel). Naquele tempo, a terra passou por um período de fome, partindo Abrão rumo ao Egito para lá sobreviver nesse período.

Após passar algum tempo no Egito, Abrão retorna para Neguebe com sua mulher, seu sobrinho Ló e tudo que possuía. De Neguebe seguiu em direção a Betel, indo de um lugar para outro, até que chegou a um lugar entre Betel e Aí, onde já havia ficado em outro momento.

Devido ao grande rebanho e bens que possuíam, Abrão e Ló já não podiam habitar na mesma região. Assim, Abrão propôs que cada um fosse para uma direção. Ló escolheu o vale do Jordão e partiu em direção ao leste. Abrão ficou na terra de Canaã. Disse o Senhor a Abrão: “de onde você está, olhe para o norte, para o sul, para o leste e para o oeste; toda a terra que você está vendo darei a você e à sua descendência para sempre. (...) Percorra esta terra de um lado a outro, porque eu a darei a você” (Gênesis, 13:14-17).

Diante disto, Abrão mudou-se para Hebrom, próximo aos carvalhos de Manre, ali edificou um altar em dedicação ao Senhor. Atualmente a terra de Hebrom, encontra-se no sul da Cisjordânia, território palestino ocupado por Israel.

Naquele tempo houve uma guerra entre os reis de Sodoma, Gomorra, Admá, Zeboim e Belá (também chamada Zoar) que lutaram contra Quedorlaomer, rei de Elão; Tidal, rei de Goim; Anrafel, rei da Babilônia e Arioque, rei de Elasar; ou seja, quatro reis contra cinco. Os invasores vitoriosos saquearam Sodoma e Gomorra e partiram para casa, levando consigo todos os espólios da guerra e os

mantimentos. Também capturaram Ló, o sobrinho de Abraão que morava em Sodoma, e tudo que ele possuía.

A partir desse momento, Abraão e seus descendentes passaram a considerar a terra de Canaã como seu lar definitivo, um espaço prometido por Deus e destinado às futuras gerações. Esse laço com a terra não apenas estabeleceu uma identidade nacional para os descendentes de Abraão, mas também fundamentou suas tradições e crenças, perpetuando a herança que se estenderia por séculos. Assim, a relação entre o povo e a terra se tornaria sua história e cultura hebraica, simbolizando a fé, a promessa e a continuidade do povo escolhido ao longo do tempo.

## 1.2 HISTÓRIA DE ISMAEL E ISAAC

Biblicamente, Abraão é considerado o patriarca tanto dos israelitas quanto dos ismaelitas. Ele recebeu a promessa de Deus de que seria pai de muitas nações. Ismael é o primeiro filho de Abraão, nascido de sua serva egípcia, Hagar, devido à esterilidade de Sara (Gênesis 16).

Isaac é o filho de Abraão e Sara, nascido milagrosamente quando Sara já era idosa. Isaac é o filho da promessa, através do qual Deus continuaria Seu pacto com Abraão (Gênesis 21:1-3). Deus também fez uma promessa a respeito de Ismael, afirmando que ele seria pai de uma grande nação (Gênesis 17:20).

O conflito entre Sara e Hagar (Gênesis 21:8-21), e a preocupação de Sara com a herança de Isaac, levou Abraão a expulsar Hagar e Ismael. Deus cuidou de Hagar e Ismael no deserto e reiterou sua promessa de fazer de Ismael uma grande nação (Gênesis 21:8-21).

## 1.3 DESCENDENTES DE ABRAÃO

Ismael teve doze filhos, e habitaram na região que se estende desde Havilá até Sur, ao leste do Egito, na direção de Assur (Gênesis 25:12-18). Os seus povoados e acampamentos receberam os seus nomes: Nebaiote, Quedar, Adbeel, Mibsão, Misma, Dumá, Massá, Hadade, Temá, Jetur, Nafis e Quedemá. E viveram em hostilidade contra todos os seus irmãos.

Isaac teve dois filhos, Esaú e Jacó. Jacó, cujo nome foi mudado para Israel, teve doze filhos, que se tornaram as doze tribos de Israel (Gênesis 35:23-26).

Embora a Bíblia não narre muitos conflitos diretos entre israelitas e ismaelitas, a hostilidade entre descendentes de Isaac e Ismael é frequentemente vista como uma metáfora para os conflitos subsequentes entre seus descendentes. Historicamente, os conflitos no Oriente Médio entre judeus (descendentes de Isaac) e árabes (descendentes de Ismael) têm raízes profundas e complexas, incluindo

fatores religiosos, territoriais e políticos, e para compreender um pouco melhor o conflito atual, é importante entender o contexto histórico durante o período anterior à Primeira Guerra Mundial.

## **2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO DE ISRAEL NO FINAL DO IMPÉRIO TURCO-OTOMANO E O INÍCIO DO MANDATO BRITÂNICO**

Para compreender os conflitos contemporâneos entre Israel e Palestina, é essencial analisar o contexto histórico da região, especialmente durante os últimos anos do Império Turco-Otomano e a transição para o Mandato Britânico. Este capítulo explora as dinâmicas políticas, sociais e econômicas da Palestina otomana, o panorama mundial no período, os conflitos emergentes e as mudanças demográficas que ocorreram na região.

### **2.1 SURGIMENTO E EXPANSÃO DO IMPÉRIO TURCO-OTOMANO**

O Império Turco-Otomano surgiu no final do século XIII, fundado por Osman I, líder de uma pequena tribo turca na região da Anatólia (NAGM, 2013). O império expandiu-se rapidamente, alcançando seu apogeu no século XVI sob o reinado de Suleiman, o Magnífico. O domínio otomano estendia-se por três continentes, abrangendo vastas regiões da Europa Oriental, Ásia Ocidental e Norte da África. Em seu auge, o império incluía territórios que hoje são parte da Turquia, Grécia, Bulgária, Egito, Síria, Iraque, Arábia Saudita, Israel e Palestina, entre outros.

O Império Otomano é conhecido por vários líderes notáveis e realizações culturais e arquitetônicas significativas (SOUZA, 2022):

1. Suleiman, o Magnífico (1520-1566): Considerado um dos maiores sultões otomanos, expandiu o império para seu maior tamanho, reformou o sistema legal (conhecido como Kanun) e patrocinou grandes projetos arquitetônicos, incluindo a Mesquita Suleymaniye em Istambul.
2. Mehmed II, o Conquistador (1451-1481): Responsável pela conquista de Constantinopla em 1453, transformou-a na capital otomana, renomeando-a Istambul. Esta conquista marcou o fim do Império Bizantino e o início de uma nova era de expansão otomana.
3. Selim I (1512-1520): Expandiu significativamente o império para o sul, incluindo o Egito e o Hejaz, aumentando o controle otomano sobre as cidades sagradas de Meca e Medina.

O domínio otomano sobre a região da Palestina começou em 1517, quando Selim I conquistou o território dos mamelucos. Durante os quatro séculos seguintes, a Palestina foi administrada como parte do Império Otomano, com relativa estabilidade, apesar de algumas revoltas e conflitos internos.

A região foi dividida em vários Sanjaks (distritos), sendo comandada por governadores nomeados pelo sultão. O sistema de timar (concessão de terras em troca de serviço militar) foi implementado, incentivando a lealdade ao estado otomano. A população da Palestina, sob domínio otomano, era etnicamente e religiosamente diversa, composta em sua maioria por muçulmanos sunitas, cristãos ortodoxos, cristãos armênios, judeus e outras minorias (BRICHS, 2007).

O império praticava uma política de tolerância religiosa relativa, conhecida como sistema de *millet*, que permitia a cada comunidade religiosa alguma autonomia em assuntos civis e religiosos. As cidades de Jerusalém, Hebron, Jaffa e Gaza floresceram como centros comerciais e religiosos. Projetos de infraestrutura, como a construção de estradas e a restauração de locais sagrados, foram empreendidos pelos otomanos (BRICHS, 2007).

Durante grande parte do período otomano, judeus e árabes coexistiram relativamente em paz na Palestina. Os judeus viviam principalmente em comunidades urbanas, como Jerusalém, Safed, Hebron e Tiberíades, onde se dedicavam ao comércio, à artesanaria e ao estudo religioso. No entanto, a imigração judaica aumentou significativamente no final do século XIX, alimentada pelo movimento sionista e pelas perseguições na Europa, o que começou a criar tensões com a população árabe local (ZUCCHI, 2012).

Vários eventos e mudanças políticas no final do período otomano plantaram as sementes para os conflitos atuais entre israelenses e palestinos:

- a. Movimentos Nacionalistas: O surgimento de movimentos nacionalistas árabes e judeus no final do século XIX e início do século XX começou a desafiar a autoridade otomana e a criar divisões étnicas e religiosas mais acentuadas. O nacionalismo árabe buscava independência do domínio otomano e depois das potências coloniais, enquanto o movimento sionista visava a criação de um Estado Judeu.
- b. Declaração Balfour (1917): O apoio britânico à criação de um “lar nacional judeu na Palestina”, foi um marco importante que exacerbou as tensões entre judeus e árabes. Os árabes viam a declaração como uma traição das promessas britânicas de independência árabe em troca de seu apoio na Primeira Guerra Mundial.
- c. Imigração Judaica: A imigração judaica aumentou drasticamente no final do período otomano e durante o Mandato Britânico, alterando a demografia da Palestina e levando a conflitos relacionados com a terra e os recursos.

## 2.2 PANORAMA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um período de grande tumulto e mudança para os habitantes da Palestina. Durante a guerra, o Império Otomano se aliou às Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria e Bulgária) contra as Potências Aliadas (Reino Unido, França, Rússia e, mais tarde, Estados Unidos). Para a população da Palestina, a guerra trouxe destruição, desordem e fome, além de significativas mudanças políticas e sociais (AMORIM, 2003).

A Palestina sofreu severamente com a guerra, enfrentando escassez de alimentos devido ao bloqueio naval britânico e ao redirecionamento de recursos para o esforço de guerra otomano. As epidemias de tifo e cólera também devastaram a população local. Com a derrota do Império Otomano em 1918, a Palestina passou a ser administrada pelo Reino Unido, conforme estipulado pelo Acordo *Sykes-Picot* de 1916, que dividia o Oriente Médio entre os franceses e os britânicos. O Mandato Britânico foi formalizado pela Liga das Nações em 1920, sob o Tratado de *Sèvres* e, posteriormente, o Tratado de *Lausanne* em 1923. Essa substituição do domínio otomano pelo Mandato Britânico trouxe profundas mudanças políticas (GARIBIAN, 2021).

A guerra devastou a economia local. A agricultura, principal atividade econômica, foi severamente impactada pela destruição de terras e infraestrutura. Sob o Mandato Britânico, houve um esforço para modernizar a economia, incluindo a construção de ferrovias e a melhoria de estradas, mas esses benefícios foram frequentemente percebidos como favorecendo a comunidade judaica.

A chegada de administradores britânicos e a imigração judaica resultaram em um aumento da influência ocidental na cultura local. Novas instituições educacionais e sistemas legais foram estabelecidos, baseados nos modelos britânicos. Isso levou a um choque cultural entre os métodos tradicionais otomanos e as novas influências ocidentais.

A Declaração Balfour e a imigração judaica intensificada geraram ressentimento entre a população árabe muçulmana e cristã, que se sentiu ameaçada pela possibilidade da perda de suas terras e identidade cultural. A administração britânica tentou equilibrar essas tensões, mas com frequência, suas políticas acabaram exacerbando as divisões (ZUCCHI, 2012; AMORIM, 2003).

Ainda no final do império turco-otomano, o surgimento de movimentos nacionalistas árabes e judeus no final do século XIX e início do século XX começou a desafiar a autoridade imperial e a criar divisões étnicas e religiosas mais acentuadas. O nacionalismo árabe buscava independência do domínio otomano e, posteriormente, das potências coloniais; enquanto o movimento sionista visava a criação de um lar nacional judeu na Palestina (NAGM, 2013).

Os britânicos adotaram uma abordagem pragmática para consolidar seu domínio na Palestina, tentando equilibrar suas promessas conflitantes aos judeus e árabes, enquanto implementavam

políticas coloniais que consolidavam seu controle. A Palestina foi dividida em várias sub-regiões administrativas, cada uma com seus próprios administradores britânicos. Os britânicos tentaram manter a ordem e controlar a população através de uma administração centralizada, mas a falta de representação política local aumentou a frustração entre os habitantes.

A administração britânica facilitou a imigração judaica, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, aumentando a população judaica na Palestina. Isso levou à compra de terras por judeus, muitas vezes resultando no despejo de agricultores árabes. Os britânicos introduziram reformas econômicas e de infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias e sistemas de irrigação. No entanto, essas políticas, frequentemente vistas como benefícios mais os judeus do que aos árabes, aumentaram ainda mais as desigualdades econômicas (MEDEIROS, 2023).

As tentativas de resistência árabe, como a Revolta Árabe de 1936-1939, foram brutalmente reprimidas pelos britânicos. A repressão aumentou o ressentimento e a determinação dos árabes de resistir ao domínio colonial e à imigração judaica.

### 2.3 O MOVIMENTO SIONISTA E OS IMPACTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

O movimento sionista surgiu no final do século XIX como uma resposta ao anti-semitismo crescente na Europa e ao desejo secular de muitos judeus de retornar à terra de seus ancestrais, conforme as profecias bíblicas presentes nos livros de Isaías, Jeremias, Ezequiel, Zacarias, dentre outros. O sionismo foi formalmente articulado por Theodor Herzl, um jornalista austro-húngaro, em seu livro “*Der Judenstaat*” (O Estado Judeu), publicado em 1896. Herzl argumentava que a assimilação dos judeus na Europa era impossível devido ao anti-semitismo inerente e que a solução para a “questão judaica” era a criação de um estado judeu independente. Em 1897, o Primeiro Congresso Sionista foi realizado em Basileia, na Suíça, onde foi estabelecida a Organização Sionista Mundial, com o objetivo de promover a imigração judaica para a Palestina e a construção de um Estado Judaico (ARAUJO, 2021).

A imigração judaica para a Palestina começou a aumentar significativamente a partir da primeira Aliá (subida), que ocorreu entre 1882 e 1903, impulsionada principalmente por judeus oriundos da Rússia e da Romênia, que estavam fugindo de perseguições. Esses primeiros imigrantes estabeleceram novas comunidades agrícolas, conhecidas como “*moshavot*”, e tentaram reviver a língua hebraica, que havia sido usada principalmente como língua litúrgica até então.

A segunda Aliá, de 1904 a 1914, trouxe um número ainda maior de judeus após uma série de ataques violentos, frequentemente organizados e apoiados por autoridades locais, direcionados contra

comunidades judaicas na Europa Oriental e na Rússia Imperial, conhecidos como “*pogroms*” (ARAUJO, 2021).

Esses novos imigrantes eram em grande parte jovens socialistas e idealistas, que fundaram *kibutzim* (comunidades agrícolas coletivas) e que acabaram por desempenhar um papel crucial na formação das instituições políticas e sociais que mais tarde se tornaram a base do futuro Estado de Israel.

O período do Mandato Britânico viu um aumento dramático na imigração judaica. A terceira e a quarta Aliá ocorreram entre 1919 e 1929, com muitos judeus fugindo das consequências da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Os imigrantes desta época estavam frequentemente mais preparados economicamente, trazendo capital e habilidades que contribuíram para o desenvolvimento econômico da região.

Na década de 1930, a ascensão do nazismo na Alemanha e as crescentes perseguições aos judeus em toda a Europa levaram a um aumento crescente da imigração judaica para a Palestina, conhecida como a quinta Aliá. Apesar das restrições britânicas impostas à imigração, milhares de judeus conseguiram entrar na Palestina, muitas vezes de forma ilegal, buscando refúgio das atrocidades que se desenrolavam na Europa (ARAUJO, 2021).

Esse influxo crescente de judeus mudou rapidamente a demografia da Palestina, aumentando a população judaica. A imigração judaica e a aquisição de terras acabam por exacerbar as tensões entre a população judaica e árabe, levando a conflitos violentos e revoltas.

As tensões demográficas e sociais criadas por essas mudanças foram aprofundadas pela política britânica, que tentou equilibrar tanto suas promessas à comunidade judaica quanto suas promessas de independência feitas aos árabes durante a Primeira Guerra Mundial. O resultado foi um ciclo crescente de violência e ressentimento entre as comunidades judaica e árabe, cada vez mais polarizadas, culminando em revoltas e conflitos que prepararam o terreno para os eventos que levariam à criação do Estado de Israel e ao prolongado conflito palestino-israelense (ARAUJO, 2021).

## 2.4 HIPERMOBILIDADE: ENTRE MIGRAÇÕES E DIÁSPORAS

A oposição entre nômades e sedentários é constatada na Bíblia, na batalha entre os irmãos Caim, o fazendeiro, e Abel, o pastor. Caim mata seu irmão ao perceber que Deus aprovou a oferenda de Abel. Sua punição foi não conseguir se fixar em terra alguma, tornando-se nômade. Assim está descrita a punição de Caim: “fugitivo e vagabundo serás na terra” (BÍBLIA, Gênesis, 4, 12).

A dicotomia entre populações nômades e assentadas pode estar na raiz de conflitos violentos entre os dois grupos, fazendo parte deste confronto a questão de compartilhamento e o controle da terra entre povos que apresentam mobilidade territorial (GILBERT, 2007).

Atualmente, a mídia internacional tem reportado o movimento populacional muçumano em direção a Europa como crise migratória. Aborda este fenômeno como uma questão meramente demográfica, motivada por diversos fatores, tais como: econômicos, políticos, laborais, decorrentes de catástrofes ou causas naturais.

Historicamente, é possível constatar que a natureza do povo semita, que envolve muçumanos e judeus étnicos, é dinâmica e fisicamente circulante, seja na terra natal, seja no planeta. Tradicionalmente, os muçumanos são nômades e os judeus, culturalmente, fazem diásporas.

A principal diferença entre o nomadismo e as diásporas é que, historicamente, os nômades movimentam-se constantemente de um lugar para outro, enquanto na diáspora a dispersão ocorre em uma população inteira de uma área para outras regiões. Os nômades não possuem residência fixa e vivem vagando por diferentes territórios, se adaptando aos ciclos sazonais e às condições geográficas, utilizando os recursos da natureza até que se esgotem.

Na Diáspora ocorre o deslocamento, normalmente forçado ou incentivado, de massas populacionais de uma área determinada para outras zonas de acolhimento distintas, implicando a dispersão de qualquer nação ou etnia pelo mundo. Este termo é usado para fazer referência à dispersão do povo hebreu no mundo antigo, a partir do exílio na Babilônia no século VI a.C. e, especialmente, depois da destruição de Jerusalém em 70 d.C. Modernamente, implica não apenas a dispersão da população como também o seu resultado, isto é, o conjunto dos membros de uma comunidade dispersos por vários países.

Assim, tal mobilidade territorial semita, antes de ser um fenômeno de migração convencional, que permite a acomodação ante dificuldades ou mazelas sazonais, consiste de estratégia de sobrevivência ancestral que pode alcançar proporções e finalidade geopolítica sistêmica e, quiçá, planetária.

Se a partir de 1930 ocorreu a diáspora judaica da Europa em direção aos Estados Unidos e a Palestina, atualmente, a população muçulmana está recorrentemente “migrando” para a Europa. Em ambos os casos, se observa a dificuldade de conexão da população com as sociedades acolhedoras, havendo a tentativa de imposição das culturas, línguas, costumes e tradições aos locais. Isso pode ter diversas consequências, como desafios sociais e políticos, influência na economia local, e xenofobia.

O estilo de vida das populações que apresentam hipermobilidade, decorrente da desterritorialização, pode entrar em conflito em decorrência de práticas de territorialidade,

principalmente quando o sedentarismo urbano se torna característica essencial do Estado e do Direito, tanto no âmbito nacional quanto internacional. O embate entre estilos de vida pode acarretar consequências para a segurança humana devido à possibilidade de conflitos violentos entre os dois grupos por terra e recursos (GILBERT, 2016). Assim, a existência de hipermobilidade demográfica pode se constituir numa resistência ou até mesmo ameaça ao Estado moderno e à sua fixação territorial (D'ANDREA, 2007; SALDANHA, 2017).

De um modo geral, a mobilidade muçulmana tem desafiado o ordenamento dos Estados acolhedores no provimento de estruturação e modo de vida, baseada no apego ao território e adesão à cultura local. Essas populações, via de regra, são fecundas, se encontram em condições periféricas e de não aculturação; seja, nacionalmente, com as sociedades que as acolhem, seja, internacionalmente, com o próprio sistema de Estados.

Assim, pelo fato destes grupos migratórios apresentarem crescimento exponencialmente maior que a população local, permanecendo identitariamente conectadas e engajadas às suas origens, incluindo questões que envolvem a dispersão e o fundamentalismo religioso como estilo de vida, podem apresentar resistência para compor e cumprir acordos de forma perene, ficando, inclusive, expostas ao comando e ao aliciamento de grupos radicais por amor a sua causa.

### **3 AS ORIGENS BÍBLICAS DO POVO PERSA E A FORMAÇÃO DO IRÃ MODERNO**

O relato bíblico sobre as origens das nações após o Dilúvio pode ser encontrado no capítulo 10 do livro de Gênesis, conhecido como a “Tabela das Nações”. Neste capítulo, os descendentes de Noé são divididos em três grandes ramos: Sem, Cam e Jafé. De acordo com a tradição bíblica, os povos persas, assim como os medos, são descendentes de Jafé, mais especificamente do seu filho Madai. O versículo 2 de Gênesis 10 declara: "Os filhos de Jafé: Gomer, Magogue, Madai, Javã, Tubal, Meseque e Tiras" (Gênesis 10:2).

Madai é tradicionalmente identificado como o ancestral dos medos, um povo que habitava a região da Média, ao norte do atual Irã. Os medos, juntamente com os persas, formaram o núcleo do Império Medo-Persa, que emergiu como um dos grandes poderes do mundo antigo. Essa linhagem conecta a origem do povo persa a uma herança que remonta aos primeiros capítulos da história bíblica, sugerindo uma ligação ancestral com os povos indo-europeus (MOURA, 2023).

Segundo o rabino Rony Gurwicz (2025), os persas são descendentes de Tiras, um dos filhos de Jafé mencionados na Tabela das Nações (Gênesis 10:2). Gurwicz argumenta que a conexão entre Tiras e os persas é corroborada por fontes judaicas antigas, como o Talmude e os escritos do historiador

Flávio Josefo<sup>3</sup> do primeiro século, que identificam Tiras como o ancestral dos “tirassianos” ou “tírios”, um grupo associado a povos localizados a leste do Mediterrâneo, que mais tarde se moveram para o território persa. Além disso, estudos etimológicos sugerem que o nome “Tiras” pode estar relacionado ao termo “Tyr”, que é encontrado em topônimos na região da antiga Pérsia.

A obra de Josefo, *Antiguidades Judaicas*, reforça essa ligação ao afirmar que os persas descendem de Tiras, pois ele identifica Tiras como fundador das tribos que, posteriormente, deram origem aos medos e aos persas. Embora a maioria dos estudiosos identifique Madai como o ancestral direto dos medos e persas, a interpretação de Gurwicz apresenta uma linha alternativa baseada em tradições judaicas e análises linguísticas, sugerindo que os persas podem ter uma herança dual, tanto de Madai quanto de Tiras, refletindo a complexa formação étnica e cultural da região ao longo dos séculos.

### 3.1 A ASCENSÃO DOS PERSAS E A CONQUISTA DA BABILÔNIA

O povo persa começou a ganhar destaque na história a partir do século VI a.C., sob a liderança de Ciro, o Grande. Ciro, considerado um dos maiores líderes do mundo antigo, unificou as tribos persas e estabeleceu o Império Aquemênida, que se estendia desde a Anatólia, no oeste, até o Vale do Indo, no leste. Sua política de tolerância religiosa e administração eficiente foram fatores cruciais para consolidar o domínio persa sobre um vasto território (POZZER, 2022).

A conquista mais significativa de Ciro foi a tomada da Babilônia em 539 a.C. (Daniel 5 e Isaías 45), evento que teve um impacto profundo não apenas na história persa, mas também na história do povo hebreu. A Bíblia menciona a queda da Babilônia em Isaías 45 e no livro de Daniel, destacando que Ciro permitiu que os judeus exilados retornassem a Jerusalém e reconstruíssem o Templo. Esse ato garantiu a Ciro um lugar proeminente na tradição judaica, sendo referido como “o ungido” (Isaías 45:1), um título raro e significativo na tradição bíblica (POZZER, 2022).

Com a conquista da Babilônia, o Império Persa não apenas expandiu seu território, mas também consolidou seu poder como um império multicultural e multirreligioso, que respeitava as crenças e tradições dos povos conquistados. Essa abordagem diferenciada ajudou o Império Persa a manter a estabilidade e a prosperidade em suas vastas terras por quase dois séculos.

### 3.2 O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE PERSA

Após a queda do Império Aquemênida para Alexandre, o Grande, em 330 a.C., a identidade persa continuou a se desenvolver sob o domínio de várias dinastias, como a dos partas e dos sassânidas.

---

<sup>3</sup> Flávio Josefo, *História dos Hebreus*, Trad. Vicente Pedroso, 4ª ed. (São Paulo: CPAD, 2004).

Durante o Período Sassânida (224-651 d.C.), o Zoroastrismo tornou-se a religião oficial do império, promovendo uma forte ligação entre o poder político e a religião (SOARES, 2009).

A visão zoroastriana de um mundo dualista, onde a luta entre o bem e o mal era central, influenciou profundamente a cultura e a política persa. O zoroastrismo moldou a identidade persa e estabeleceu as bases para a estrutura de governo teocrático, onde o rei era visto como um representante divino. Essa ligação entre política e religião tornou-se um aspecto duradouro da sociedade persa, que se refletiu posteriormente na adoção do Islã como religião oficial do estado após a conquista árabe no século VII.

### 3.3 A FORMAÇÃO DO IRÃ MODERNO E A CONSOLIDAÇÃO DA TEOCRACIA

A invasão árabe em 651 d.C. marcou o fim do Império Sassânida e o início de uma nova era para o povo persa. A adoção do Islã transformou profundamente a estrutura social e política da região. No entanto, apesar da conversão ao Islã, os persas mantiveram muitos elementos de sua cultura pré-islâmica, o que diferenciou o Irã de outras nações islâmicas. O surgimento de dinastias como os Safávidas, no século XVI, que estabeleceram o xiismo como religião oficial do estado, foi um marco fundamental para a formação da identidade iraniana moderna (POZZER, 2022).

A teocracia atual do Irã tem suas raízes em um processo histórico complexo, onde a religião e a política estiveram entrelaçadas por mais de mil anos. A Revolução Islâmica de 1979, liderada pelo Aiatolá *Ruhollah Khomeini*, consolidou a teocracia iraniana moderna ao derrubar a monarquia do Xá *Mohammad Reza Pahlavi* e instituir um regime baseado na liderança religiosa xiita. O modelo de governo teocrático iraniano é único no mundo muçulmano, pois combina elementos de democracia, como eleições parlamentares e presidenciais, com a supremacia da autoridade religiosa, exercida pelo Líder Supremo.

### 3.4 DA BABILÔNIA AO IRÃ MODERNO: A INFLUÊNCIA DO PASSADO NO PRESENTE

A estrutura teocrática do Irã atual pode ser vista como uma continuação de um padrão histórico que remonta às antigas civilizações persas. A combinação de poder político e religioso, presente desde o período aquemênida e reforçada pelo zoroastrismo durante o domínio sassânida, moldou a identidade e a organização social persa por séculos. Com a chegada do Islã e a subsequente adoção do xiismo como religião oficial, o Irã estabeleceu um sistema onde a legitimidade do governo depende da autoridade religiosa (SOARES, 2009).

Assim, o desenvolvimento histórico do Irã, desde suas origens bíblicas como descendentes de Madai, até sua atual configuração teocrática, mostra como um povo pode preservar aspectos centrais

de sua identidade ao longo de milênios, adaptando-se às mudanças religiosas e políticas. A longa tradição de fusão entre poder político e religioso permitiu ao Irã se consolidar como um dos poucos estados teocráticos do mundo, cujas origens, em parte, refletem o passado glorioso do Império Persa e a influência duradoura de suas antigas crenças e práticas sociais (POZZER, 2022).

A história do povo persa, desde suas raízes bíblicas até o desenvolvimento do atual estado iraniano, tem sido marcada por transformações que combinam elementos culturais, religiosos e políticos. A ascensão e queda de impérios, a introdução do Islã e a Revolução Islâmica de 1979 foram marcos que moldaram o Irã como conhecemos hoje. Essa continuidade histórica explica, em parte, a resiliência do regime teocrático iraniano e sua capacidade de adaptação em um cenário geopolítico complexo, fazendo do Irã um verdadeiro herdeiro das tradições e disputas de poder que remontam aos tempos bíblicos.

#### **4 O PAPEL DO IRÃ NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA APÓS A REVOLUÇÃO ISLÂMICA DE 1979**

Após a Revolução Islâmica de 1979, o Irã passou por uma transformação política e ideológica radical, que redefiniu suas relações internacionais e sua postura no Oriente Médio. Sob a liderança do Aiatolá *Ruhollah Khomeini*, o Irã adotou um regime teocrático baseado no Islã xiita, rompendo com o Ocidente e estabelecendo uma política externa agressivamente anti-Israel e antiocidental (Roberto & Visentini, 2015).

Desde então, o Irã tornou-se um dos principais patrocinadores de diferentes grupos militantes e organizações que se opõem à existência de Israel, desempenhando um papel central no conflito Israel-Palestina e na dinâmica geopolítica da região.

##### **4.1 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou um debate sobre a questão palestina, culminando na aprovação da Resolução nº. 181, de 29 de novembro do mesmo ano. Esta resolução propunha a divisão da Palestina em dois Estados: um para os judeus, que representavam 700 mil pessoas e teriam acesso a 53% do território, e outro para os árabes-palestinos, com uma população de 1,4 milhão, que ficariam com 47%. A resolução, no entanto, foi amplamente rejeitada pelos Estados árabes vizinhos, que se opuseram a qualquer plano que beneficiasse uma minoria.

Em 14 de maio de 1948, Israel proclamou sua independência. Este ato desencadeou imediatamente a guerra, coincidindo com o fim do mandato britânico na região. Os países árabes atacaram Israel por três frentes distintas, buscando impedir a consolidação do novo Estado. Esse

conflito inicial, conhecido como a Guerra da Independência de Israel, resultou em perdas territoriais para os árabes-palestinos, além da criação de centenas de milhares de refugiados palestinos, que se tornaram uma questão central no conflito. A criação do Estado de Israel e as guerras subsequentes, incluindo a Guerra de Suez em 1956, a Guerra dos Seis Dias em 1967 e a Guerra do *Yom Kipur* em 1973, intensificaram as tensões não apenas com os palestinos, mas também com os países árabes, especialmente o Irã.

O impacto desses eventos tem perpetuado ciclos de violência e hostilidade, solidificando a narrativa de uma luta pela autodeterminação entre os palestinos. Neste cenário, o Irã, especialmente após a Revolução Islâmica de 1979, emergiu como um importante patrocinador de grupos que se opõem à existência de Israel. Assim, a criação do Estado de Israel se tornou um ponto central de discórdia no Oriente Médio, moldando as dinâmicas geopolíticas e as relações interétnicas que persistem até hoje.

#### 4.2 O SURGIMENTO DA HOSTILIDADE IRANIANA CONTRA ISRAEL

A Revolução Islâmica transformou a política externa iraniana em um veículo para disseminar seus princípios revolucionários, como a defesa do islã xiita e a oposição aos regimes considerados opressores e corruptos. Antes de 1979, durante o governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi, o Irã mantinha boas relações com Israel. Entretanto, a ascensão de Khomeini ao poder marcou uma ruptura total com o Estado de Israel, que foi denunciado como um “regime sionista” opressor dos palestinos (Roberto & Visentini, 2015).

A partir de então, o Irã passou a se opor firmemente à presença de Israel no Oriente Médio, considerando-o um inimigo ideológico. Esse posicionamento tornou-se um dos pilares da política externa iraniana, com o país passando a apoiar financeiramente e militarmente organizações que lutam contra Israel, como o *Hamas* (Palestina), *Holthuis* (Iêmen) e o *Hezbollah* (Líbano). O apoio do Irã a esses grupos inclui fornecimento de armas, treinamento de combatentes e financiamento para suas operações.

#### 4.3 PATROCÍNIO IRANIANO AO *HAMAS* E AO *HEZBOLLAH*

O apoio tático e financeiro do Irã a grupos militantes anti-Israel, como o *Hamas* e o *Hezbollah*, transformou-o no principal mecanismo fomentador do conflito entre Israel e Palestina. A relação entre o Irã e o *Hezbollah* começou a se consolidar nos anos 1980, durante a guerra civil no Líbano. O *Hezbollah*, um grupo militante e político xiita libanês, foi fundado com o apoio da Guarda Revolucionária Iraniana e, desde então, tornou-se uma das principais ferramentas bélicas do Irã para

projetar sua influência no Oriente Médio e confrontar Israel. Com o apoio bélico e financeiro iraniano, o *Hezbollah* construiu uma forte presença militar no sul do Líbano, realizando frequentes ataques contra Israel e se envolvendo em confrontos militares diretos, como a Guerra do Líbano em 2006 (Roberto & Visentini, 2015).

Da mesma forma, o Irã expandiu seu apoio bélico ao *Hamas*, grupo islâmico sunita que governa a Faixa de Gaza. Apesar das diferenças sectárias (xiitas e sunitas), o Irã vê no *Hamas* um aliado estratégico na luta contra Israel e no apoio à causa palestina. Esse patrocínio inclui financiamento, fornecimento de armas e, mais recentemente, apoio logístico para o desenvolvimento de mísseis e outras capacidades de natureza militar. O apoio ao *Hamas* tornou o Irã um ator desequilibrante na dinâmica do conflito Israel-Palestina, contribuindo para a escalada das tensões e para a continuidade do conflito.

Tais organizações têm sido denominadas pela mídia internacional como grupos terroristas, posto que, motivadas por pelo fundamentalismo religioso ou ideologias políticas, se engajam em atos violentos e ataques ao patrimônio (público e privado) como forma de intimidação para alcançar seus objetivos. Tais grupos não ficam restritos ao seu país de origem, antes possuem membros e filiais em outros territórios, ampliando a sua escala de atuação.

A escalada dos conflitos no Oriente Médio demonstra que o potencial destrutivo de tais grupos têm aumentado, proporcionalmente ao acesso destes a equipamentos e material bélico tecnologicamente mais sofisticados e com maior letalidade, afligindo sobremaneira a população civil no território onde ocorrem.

#### 4.4 O ENVOLVIMENTO DO IRÃ NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA NO SÉCULO XXI

Nos últimos anos, o Irã tem abertamente influenciado no conflito Israel-Palestina, utilizando-se de seu controle econômico e militar sobre grupos terroristas para desafiar a presença e as ações de Israel na região. O país vê no apoio à causa palestina uma forma de legitimar seu regime, tanto internamente quanto em todo o mundo muçulmano. Além de fornecer recursos aos grupos aliados, o Irã promove uma retórica agressiva contra Israel, referindo-se frequentemente ao Estado judeu como o “Pequeno Satã”; um “câncer” que deve ser erradicado (COELHO, 2016).

O Irã também se envolve indiretamente no conflito, apoiando a Síria, um importante aliado estratégico na região. O apoio militar ao regime de *Bashar al-Assad* durante a Guerra Civil Síria permitiu que o Irã mantivesse uma presença militar permanente na Síria, próxima à fronteira com Israel. Essa presença, juntamente com o reforço das capacidades do *Hezbollah* no sul do Líbano, constitui uma ameaça direta a Israel e amplia as frentes potenciais de conflito (COELHO, 2016).

#### 4.5 A ESTRATÉGIA DO IRÃ: EXPANDIR A INFLUÊNCIA REGIONAL E CONFRONTAR ISRAEL

A estratégia do Irã para confrontar Israel baseia-se em expandir sua influência regional e estabelecer uma “ponte terrestre” que se estende do Irã, através do Iraque e Síria, até o Líbano. O objetivo é criar um corredor estratégico que permita ao Irã transferir armas e recursos para o *Hezbollah* e outros grupos terroristas aliados com maior facilidade. Essa estratégia foi facilitada pela desintegração dos governos no Iraque e na Síria durante as guerras civis, permitindo ao Irã aumentar sua presença militar e estabelecer uma rede de milícias xiitas em toda a região (Roberto & Visentini, 2015; COELHO, 2016).

O envolvimento iraniano no conflito Israel-Palestina, claramente com fundamento religioso, tem consequências diretas para a estabilidade regional e para o prolongamento das hostilidades. Ao apoiar grupos como o *Hamas* e o *Hezbollah*, o Irã se torna o grande agente de perpetuação do conflito, dificultando ações para alcançar uma solução negociada. Além disso, sua postura anti-Israel alimenta as tensões entre o país e outras nações do Oriente Médio que se aproximaram de Israel nos últimos anos, como os Emirados Árabes Unidos e o *Bahrein*, que normalizaram suas relações com o Estado judeu através dos Acordos de Abraão.

### 5 CAMINHOS PARA A PAZ: A CRIAÇÃO DO ESTADO PALESTINO E A BUSCA POR ESTABILIDADE REGIONAL

A busca pela paz duradoura no conflito Israel-Palestina é um desafio complexo, que envolve aspectos históricos, políticos, territoriais e principalmente religiosos. Embora as raízes desse conflito sejam profundas e as partes envolvidas mantenham perspectivas divergentes sobre questões essenciais, muitos especialistas e observadores internacionais concordam que a criação de um Estado Palestino viável e soberano, ao lado de um Estado de Israel seguro, representa a solução mais promissora para alcançar a paz e a estabilidade na região.

#### 5.1 A CRIAÇÃO DE UM ESTADO PALESTINO E O FORTALECIMENTO DA AUTORIDADE PALESTINA

A criação de um Estado Palestino independente, com fronteiras definidas e governado pela Autoridade Palestina, é considerada uma das premissas centrais para o estabelecimento da paz. Um Estado Palestino reconhecido internacionalmente, com plenos direitos e deveres, ajudaria a atender as aspirações de autodeterminação do povo palestino, ao mesmo tempo que daria a Israel garantias de segurança e um parceiro mais confiável para negociações. Esse Estado deve incluir um governo

soberano e legítimo, capaz de controlar seu território, aplicar suas leis e combater ativamente a presença e influência de grupos extremistas e terroristas.

O fortalecimento da Autoridade Palestina como um governo legítimo e reconhecido no futuro como Estado é crucial para esse processo. Isso envolve esforços para melhorar suas capacidades institucionais e econômicas, garantindo que ela seja capaz de fornecer serviços públicos essenciais, promover o desenvolvimento econômico e garantir a segurança de sua população. Um governo palestino fortalecido teria melhores condições para impedir o avanço de grupos radicais e terroristas, como o *Hamas*, *ISIS*, *Jihad Islâmica*, dentre outros, que muitas vezes se aproveitam do vácuo de poder e da ausência de infraestrutura para angariar apoio popular.

Além do fortalecimento interno, a paz na região depende de uma resposta coordenada e robusta da comunidade internacional contra o financiamento e o apoio tático militar a grupos terroristas que operam no Oriente Médio, mesmo que em ações isoladas. O terrorismo e a violência são grandes obstáculos para a paz, e suas raízes muitas vezes se encontram na existência de redes de financiamento que garantem a continuidade das atividades violentas dessas organizações.

Nesse contexto, é necessário que sejam estabelecidas sanções mais duras e abrangentes para pessoas, grupos e governos que financiam e/ou apoiam direta ou indiretamente atividades terroristas. Essas sanções devem ser aplicadas de forma eficaz e coordenada, garantindo que os responsáveis por apoiar o terrorismo sofram as consequências de suas ações, independentemente de sua localização geográfica ou status político. A criação de um sistema de monitoramento internacional mais rigoroso, com o apoio coordenado de organizações como a ONU e a Interpol, pode ajudar a identificar e desmantelar redes de financiamento, interrompendo o fluxo de recursos que alimenta os conflitos na região.

A aplicação dessas sanções também deve incluir penas mais severas para aqueles que participam diretamente de atividades terroristas, bem como para aqueles que facilitam o recrutamento e a logística de grupos radicais. Com medidas mais efetivas de contenção do terrorismo, a Autoridade Palestina e outros governos da região teriam mais condições de promover a paz e a segurança em seus territórios, enfraquecendo as narrativas extremistas e fortalecendo as bases para um acordo duradouro.

Outra via para a paz envolve a continuidade e expansão de acordos de normalização das relações entre Israel e países árabes e muçulmanos, nos moldes dos Acordos de Abraão, assinados em 2020. Esses acordos marcaram um ponto de inflexão nas relações de Israel com países como os Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos, abrindo portas para cooperação econômica, cultural e de segurança.

A expansão desses acordos para outros países, como Arábia Saudita e Omã, pode contribuir para a criação de um ambiente regional mais favorável ao diálogo e à cooperação. Com mais países reconhecendo Israel e Palestina, ao estabelecer relações diplomáticas e comerciais, cresce a pressão para que estes países retomem as negociações em busca de uma solução política para o conflito.

Os Acordos de Abraão também demonstraram que o diálogo é possível, mesmo entre países que historicamente mantinham relações hostis com Israel. A cooperação econômica e tecnológica que emergiu desses acordos pode servir de exemplo e incentivo para que outras nações, incluindo a própria Palestina, considerem a via diplomática como um caminho mais vantajoso para alcançar seus objetivos.

## 5.2 COEXISTÊNCIA E ECUMENICIDADE SECULAR

Ainda que timidamente, a coexistência em novos tempos, novos contextos e diferentes sujeitos e culturas só se entrelaçam no diálogo dos atores que constroem e sustentam a oikoumene (casa comum) a partir de novos paradigmas que permeiam, inclusive, o pluralismo religioso e a necessária inserção social do diálogo que se traduzem, teologicamente, como ecumenicidade<sup>4</sup> secular.

Estas práticas que envolvem a ecumenicidade secular diferenciam-se da ética tradicional por apresentarem forte atração pela defesa da dignidade humana, pela atenção aos direitos que representam os reais interesses das camadas mais vulneráveis da população onde mazelas e/ou conflitos acontecem.

Em relação ao conflito Israel-Palestina, projetos de intercâmbio cultural, iniciativas educacionais e programas de desenvolvimento social podem ajudar a reduzir as percepções de hostilidade e a construir uma base popular de apoio à paz. A comunicação não violenta, a educação para a paz e o respeito pelos direitos humanos devem ser priorizados em ambos os lados, garantindo que as futuras gerações cresçam com uma visão mais otimista das possibilidades de convivência pacífica.

Em termos práticos, a cooperação internacional pode envolver o financiamento de ONGs que promovam a coexistência, a inclusão de iniciativas de paz nos currículos escolares e a realização de campanhas midiáticas que enfatizem os benefícios da paz para ambas as sociedades.

---

<sup>4</sup> Ecumenismo secular é uma corrente do movimento ecumênico representada por aqueles que, diante do impasse e da lentidão das diversas instituições em realizar a unidade, entendem que somente a aplicação do método indutivo – que parte da história concreta em que se está inserido e da encarnação como tema central – poderá levar adiante a tarefa ecumênica. O pensamento e a ação ecumênicas seculares devem estar centradas no mundo secular, no serviço do ser humano, colocando-se na busca da justiça, da paz, da ecologia na superação da pobreza e dos conflitos onde quer que estejam ocorrendo.

## 6 CONCLUSÃO

A construção da paz no Oriente Médio depende não apenas de acordos políticos, mas também de esforços governamentais, institucionais e seculares para promover a coexistência e a compreensão mútua entre as populações israelense e palestina.

Constatamos que a problematização gerada com a criação política de territorialidades deve antes ser vista como um recurso e não como uma barreira para a produção de identidade e significado. As visões de mundo e os estilos de vida diferentes e por vezes divergentes entre Israelitas e Palestinos podem e devem ser utilizados para a contestação e reflexão sobre os silenciamentos e violências físicas, psicológicas e simbólicas que estão presentes tanto nos processos de formação de Estado, quanto nos processos de globalização, que se demonstram econômica e politicamente desiguais.

O caminho para a paz entre Israel e Palestina é longo e desafiador, mas possível. A criação de um Estado Palestino governado por uma Autoridade Palestina soberana e fortalecida, a aplicação de sanções mais rígidas contra o financiamento do terrorismo e a promoção de acordos de paz regionais são passos fundamentais para alcançar um ambiente de segurança e estabilidade. Embora a resolução desse conflito dependa de concessões e compromissos de ambos os lados, o apoio e o envolvimento da comunidade internacional são essenciais para promover e facilitar o diálogo, assim como criar os meios para garantir que os acordos sejam respeitados.

A paz não pode ser alcançada por meio da violência, mas sim por meio de negociações, diálogos e ações que promovam o bem-estar e a segurança de todas as partes envolvidas. O fortalecimento das instituições palestinas, a criação de mecanismos de cooperação regional e a promoção de uma Cultura de Paz e respeito mútuo são elementos essenciais para a construção de um futuro mais estável e próspero para israelenses e palestinos, contribuindo para uma região mais estável, segura e integrada.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, F. (2003). Do mandato britânico ao Estado de Israel. Universidade Autônoma de Lisboa.
- ARAÚJO, S. L. F. D. (2021). A criação do estado de Israel e o impacto na região da Palestina: a negativa aos direitos humanos e a violação ao direito internacional humanitário.
- BÍBLIA SAGRADA, Almeida Revisada e Atualizada. 2ª ed. (2015).
- BRICHS, F. I. (2007). Las raíces del apartheid en Palestina: la judaización del territorio durante el mandato británico. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, 11(246).
- COELHO, S. C. R. (2016). Hezbollah e Hamas: estudo comparativo entre duas organizações terroristas islâmicas (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas).
- D'ANDREA, Anthony. Deciphering the Space and Scale of Global Nomadism: Subjectivity and Counterculture in a Global Age. In: SASSEN, Saskia (ed.). *Deciphering the Global: Its Scales, Spaces and Subjects*. Londres: Routledge, 2007.
- GARIBIAN, S. O Genocídio Armênio e o Desenvolvimento do Conceito Moderno de Crime contra a Humanidade. (2021) Universidade de Genebra
- GILBERT, Jérémie. Nomadic territories: A human rights approach to nomadic peoples' land rights. *Human Rights Law Review*, v. 7, n. 4, 2007, p. 681-716
- GURWICZ, R. (2024) Seja Contraste [Canal do YouTube]. YouTube. <https://www.youtube.com/@SejaContraste>
- MARTINELLI, M. A. (2023). Força e consentimento: Palestina, Estados Unidos e Israel. *Ciência & Trópico*, 47(2).
- MEDEIROS, G. S. L. (2023). O Holocausto Nazista: a criação do Estado de Israel e da sua identidade nacional. ID on line. *Revista de psicologia*, 17(65), 409-430.
- MOURA, R. L. (2023). HISTÓRIA E LITERATURA DA BÍBLIA HEBRAICA NO CONTEXTO PERSA: ALGUNS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS. *Revista Trilhas da História*, 12(24), 128-137.
- NAGM, F. A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A FRAGMENTAÇÃO DA PALESTINA. (2013) Universidade Federal de Roraima, 24.
- NOBRE ALCORÃO (NASR Helmi, Trad.). 2ª Ed. (2004).
- POZZER, K. M. P. (2022). Multiculturalismo no império persa. Candido, Maria Regina (Org.). *Multiculturalismo: Identidades e Espacialidade no Mundo Antigo*. v. 1. Rio de Janeiro: NEA-UERJ, 2022. p. 176-189.
- ROBERTO, W. M., & VISENTINI, P. F. (2015). As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no Eixo de Resistência/The consequences of the Syrian crisis

for Iran: impacts to its regional strategy and for the Resistance Axis. *Brazilian Journal Of International Relations*, 4(1), 71-91.

SALDANHA, Arun. Flows. In: SALDANHA, Arun. *Space After Deleuze*. 1ª Edição. Londres: Bloomsbury Academic, 2017, p. 45-104.

SOARES, D. O. (2009). As influências persas no chamado judaísmo pós-exílico. *Revista Theos—Revista de Reflexão Teológica da Faculdade Teológica Batista de Campinas, Campinas*, 6.

SOUZA, D. M. (2022). As relações entre a nascente Alemanha Imperial e o decadente Império Otomano: a Ferrovia Berlim-Bagdá e os interesses comerciais e geopolíticos que deflagraram a Primeira Guerra Mundial. Editora Dialética.

ZUCCHI, L. K. Implantação do Estado de Israel e a gênese dos conflitos israelo/árabes no Oriente Médio. (2012) *VOL. III: TEXTOS DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSO*, 92.